



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU**  
**CONTROLE INTERNO**  
**CNPJ – 05.196.530/0001-70**

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**

<b>PROCESSO LICITATÓRIO Nº:</b> 007/2026/PMTA
<b>MODALIDADE:</b> DISPENSA DE LICITAÇÃO
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b> Nº 1201002/2026/PMTA
<b>OBJETO:</b> CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DJ LOCAL (DJ ELIVELTON), PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NO EVENTO CARNATOMÉ 2026, NO DISTRITO DE QUATRO BOCAS, TOMÉ-AÇU/PA, NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2026, NO HORÁRIO DE 21H ÀS 23H.

A Sra. **NEUMA MARIA DA COSTA GUEDES**, Auditor Geral - CI CPC-DAS-06, responsável pelo Controle Interno do Município de Tomé-Açu-PA, nomeada através do DECRETO Municipal de 01 de JANEIRO de 2025, no cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31, Art. 37 e Art. 74 da Constituição Federal de 1988, Instrução Normativa nº 22/2021/TCMPA, de 10 de Dezembro de 2021, no Art. 53 da Lei Municipal 1.920/2007, e demais normas que regulam as atribuições do Controle Interno, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações. Após análise do processo licitatório acima citado, o Controle Interno do Município de Tomé-Açu, no uso de suas atribuições, passa a Opinar.

**1. DA MODALIDADE ADOTADA:**

A modalidade adotada no processo licitatório foi DISPENSA DE LICITAÇÃO, Fundamentada na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, no Art. 72 e Art. 75, Inciso II, da “Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, Decreto nº 12.807, de 29/12/2025, bem como no Decreto Municipal nº 057 - GPMTA, de 28 de novembro de 2023, que regulamenta os procedimentos para realização de dispensas de licitação, conforme previstos da Lei Federal Nº 14.133/2021, e Decreto Municipal nº 056 - GPMTA, de 28 de novembro de 2023, que dispõe sobre os procedimentos administrativo para realização de pesquisa de preços, conforme previstos da Lei Federal Nº 14.133/2021.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU**  
**CONTROLE INTERNO**  
**CNPJ – 05.196.530/0001-70**

**2. DAS ANÁLISES PROCEDIMENTAIS:**

Quanto aos atos realizados e à juntada de documentação apresentada, demonstrou o que segue:

- Consta Ofício 0013/2026-SECULT, encaminhando o Documento de Formalização de Demanda e a Proposta da empresa, com a devida justificativa;
- Consta Documento de Formalização de Demanda – DFD;
- Consta Proposta de Show Musical DJ Elivelton;
- Consta Termo de Abertura e Autuação para tramitação do processo administrativo;
- Consta Despacho para realizar pesquisa de preços;
- Consta Justificativa e relatório de Pesquisa de Preços anexado do mapa de apuração de preços, relatório unificado das pesquisas de preços e cotações de preços;
- Consta despacho ao setor de Contabilidade, para ratificação da disponibilidade orçamentária;
- Consta Despacho contábil, certificando a existência de recursos orçamentários;
- Consta despacho ao Ordenador de Despesas, para emissão de declaração de adequação orçamentária e autorização para contratação;
- Consta Autorização e Adequação Orçamentária, expedida pelo Ordenador de despesas;
- Consta Termo de Autuação de Processo, anexado da Portaria Nº 18/2025-GPMTA, que dispõem sobre a designação da Comissão de Contratação, do Agente de Contratação/Pregoeiros e da Equipe de Apoio e Planejamento;
- Consta Convocação da empresa para apresentar habilitação jurídica e certidões fiscais;
- Constam documentações para habilitação jurídica e fiscal;
- Consta Justificativa de Dispensa de Licitação nº 007/2026/PMTA;
- Consta Relatório de Conformidade;
- Consta Minuta do Contrato Administrativo;
- Consta Despacho para a Assessoria Jurídica;
- Consta parecer jurídico favorável;
- Consta Despacho ao Setor de Controle Interno;

**3. CONCLUSÃO:**

Este Controle Interno faz saber que, após exames dos atos procedimentais, com base nas regras insculpidas pela Lei Federal Nº 14.133/2021, e demais instrumentos legais correlatos, o processo se encontra revestido de todas as formalidades legais na fase atual, tendo em vista constar



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU**  
**CONTROLE INTERNO**  
**CNPJ – 05.196.530/0001-70**

todos os documentos exigidos para o procedimento, bem como constar parecer jurídico favorável, este Controle Interno não tem outro senão acompanha parecer jurídico quanto a legalidade do procedimento, estando desta forma **apto a gerar contrato e despesa**.

Declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Por fim, ressalta que as informações elencadas desde o início de todo o Processo até sua conclusão, são de inteira responsabilidade e veracidade do Departamento de Licitações e Contratos, departamento que conduziu/gerenciou todo o processo licitatório. Desta feita, retornem-se os autos ao Departamento, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento, recomenda-se também a publicação do extrato de contrato, afim de garantir a eficácia, publicidade e a transparência dos atos realizados, em atendimento a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e o previsto nos Art. 5º, Art. 91, e Art. 94, da Lei Nº 14.133/2021.

Tomé-Açu/PA, 06 de fevereiro de 2026.

Responsável pelo Controle Interno:

---

Neuma Maria da Costa Guedes  
Auditor Geral - CI CPC-DAS-06